

Produção de encaminhamentos para a psicologia clínica: efeitos do racismo no contexto escolar

Production of referrals for clinical psychology: effects of racism in the school context

 Janaina Antunes *

Recebido em: 19 jan. 2021
Aprovado em: 12 nov. 2021

Resumo: A proposta desse trabalho é apresentar reflexões críticas acerca da produção de encaminhamentos dos alunos vítimas de racismo para a área da psicologia. Entende-se que esse é um dos efeitos do racismo que se perpetua nas relações escolares e nas diversas dinâmicas do contexto educacional. Aponta-se para os problemas que circundam a atuação do psicólogo ao receber esses alunos em consultório, uma vez que na maior parte das vezes as queixas motivadoras dos encaminhamentos camuflam a realidade do preconceito racial vivenciado e não refletem as manifestações do racismo na escola, que muitas vezes são as verdadeiras causadoras do sofrimento psíquico das crianças e jovens encaminhados para tratamento. Ilustra-se a discussão com dados de pesquisa em andamento cujas entrevistas foram realizadas em duas escolas públicas e demonstraram diferentes nuances dentro da mesma temática. Enfatiza-se a importância do olhar do psicólogo para as questões étnico-raciais e para os perigos de manter o problema aprisionado entre as paredes do consultório, ao se desconsiderar toda a rede de relações a ser movimentada quando diante de uma situação de racismo e da queixa escolar.

Palavras-chave: Psicologia Escolar. Racismo. Psicoterapia.

Abstract: The purpose of this work is to present critical reflections on the production of referrals from students who are victims of racism to the field of psychology. It is understood that this is one of the effects of racism that is perpetuated in school relationships and in the different dynamics of the educational context. It points to the problems surrounding the psychologist's performance when receiving these students in an office, since most of the time the complaints motivating the referrals camouflage the reality of racial prejudice experienced and do not reflect the manifestations of racism at school, which they are often the real cause of the psychological suffering of children and young people referred for treatment. The discussion is illustrated with data from an ongoing research whose interviews were carried out in two public schools and demonstrated different nuances within the same theme. It emphasizes the importance of the psychologist's view of ethnic-racial issues and the dangers of keeping the problem imprisoned within the walls of the office, when disregarding the entire network of relationships to be moved when faced with a situation of racism and school complaint.

Keywords: School Psychology. Racism. Psychotherapy.

* Janaina Antunes é graduada em Psicologia pela Universidade São Francisco (2002), mestre em Psicologia Educacional pela Universidade Estadual de Campinas (2015) e doutoranda em Educação também pela UNICAMP. Psicóloga na secretaria de saúde da Prefeitura Municipal de Jaguariúna. Membro do grupo de pesquisa DiS da Unicamp. Membro do GIQE - Grupo Interinstitucional de Queixa Escolar do Instituto de psicologia da USP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4523286576394215>. Contato: antunes.osasco@gmail.com

Introdução

A História nos mostra que as formas de transmissão do saber acompanham a manutenção dos interesses de classes. Saviani (2013) em um longo estudo sobre as ideias pedagógicas no Brasil, destaca quatro períodos que confirmam o alinhamento da educação às estruturas de poder: primeiramente o predomínio de concepções religiosas, em um segundo período a transição das ideias religiosas mescladas aos interesses da corte portuguesa no Brasil, o terceiro período marcado pela modernização da agricultura e posteriormente da industrialização e o quarto e mais recente período com características predominantemente voltadas à teoria do capital humano e o incremento da produtividade. Uma das mais importantes instituições alicerçadas sob relações de poder é a escola. Nesse sentido, a escola se constitui como um importante dispositivo de reprodução da ideologia dominante que privilegia e mantém os padrões brancos de cultura em eterna condição de superioridade na nossa sociedade (BITUN, 2006; GALLO, 2014; JANGO, 2017).

Datam do século XV as primeiras instituições escolares que visavam não somente o ensino, mas a vigilância e o enquadramento da juventude. Antes disso, as escolas eram somente espécies de asilos para estudantes pobres (ARIÈS, 2015). Wallon (1973) diz que a escola é um aparato de divulgação da cultura, que congrega a síntese do passado, presente e futuro. O professor, responsável pela seleção dos materiais da cultura do nosso tempo, transpõe didaticamente ao aluno os elementos do passado, o conceito abstrato de humanidade. O aluno, por sua vez, é o representante do futuro, com todas as possibilidades que esse tempo do devir traz em sua concepção. E a escola, por fim, é o palco onde esses tempos se encontram, o tempo presente em que se equilibram as necessidades da sociedade e as exigências do desenvolvimento das crianças e jovens (MAHONEY E ALMEIDA, 2003).

Mas como se dão as transmissões de saberes e as transformações da realidade, se não são valorizadas múltiplas perspectivas? Assim, é importante que façam parte do cotidiano escolar, os questionamentos sobre o que é educar, como educar e para que educar (MISKOLCI, 2016). O debate sobre o racismo, por exemplo, não pode ser isolado dessas indagações, pois participa das determinações sociais que garantem ou impedem a universalização do ensino. Contudo, a paralisação em torno do tema do racismo nas escolas atravessa os séculos, bem como emperra a sistematização de ações necessárias ao seu combate.

Ao olharmos para as bases sociais que sustentam o racismo, não é difícil lembrar-se dos currículos educacionais que apagaram toda e qualquer referência que

não reproduzisse os padrões culturais brancos e eurocêntricos, relegando a um patamar menor ou inexistente as particularidades do segmento negro. No entanto, a escola também se constrói por contradições e, se é mantenedora dos privilégios, também é agente transformador, espaço de lutas e resistências (SAVIANI, 1989).

A prática da psicologia encontra-se atravessada por esse cenário, especialmente ao receber encaminhamentos de alunos negros para psicoterapia. A ciência psicológica tem em suas raízes abordagens voltadas predominantemente para a legitimação da exclusão, com bases na psicométrie e nas avaliações dos chamados déficits cognitivos, que em última instância colaboraram para manter dinâmicas socioculturais de desigualdade, opressão e conseqüentemente de racismo, presentes até os dias de hoje em nossa sociedade (CAMPOS, 2008). É histórico o nascimento da psicologia escolar como prática avaliativa, que dá seus primeiros passos visando classificar e ajustar os estudantes, especialmente aqueles com dificuldades de aprendizagem ou os considerados “problema”, desconsiderando o caráter crítico e multifacetado do processo de escolarização (PATTO, 1990). Recae sobre a população negra as conseqüências catastróficas desse modelo de trabalho que se encontra alinhado ao racismo institucional. O termo racismo institucional foi cunhado no final da década de 1960 pelo movimento antirracista Panteras Negras¹ e refere-se ao nível político-programático das instituições, suas ações direcionadas ao coletivo, cujo impacto no sujeito é posterior.

As prioridades e escolhas de gestão privilegiam ou negligenciam determinados aspectos, infligem condições desfavoráveis de vida à população negra e de etnias inferiorizadas pela branquitude corroborando o imaginário social acerca de inferioridade daquela população, ao mesmo tempo em que mantêm o privilégio branco e alçam os que são brancos a níveis superiores na escala social (Conselho Federal de Psicologia, 2017). Denota-se aí a clássica manifestação de racismo: a demonstração de ódio gratuito, não pelo que o “outro tenha feito e sim pelo que esse outro é” (KOLTAI, 2004, p. 95). A prática de racismo institucional pode ser considerada a principal responsável pelas violações de direitos dos grupos raciais não brancos. Efetivada em estruturas públicas e privadas do país, com as quais muitas vezes a psicologia caminha lado a lado, essa prática é marcada pelo tratamento diferenciado, desigual e revela a falha do poder público em promover a igualdade (Conselho Federal de Psicologia, 2017).

Na intersecção com a educação o saber *psi* pode ser visto como uma espécie de decifrador de enigmas e servir-se desse papel, recoberto por fantasias e promessas de soluções imediatas para problemas que *a priori* poderiam ser encontradas no exercício da escuta, da

prática reflexiva e em diálogos consistentes entre a comunidade e os diversos atores escolares. Essa forma de atuação usualmente finda em resultados catastróficos tanto para o aluno, quanto para a escola, bem como para a própria área da psicologia escolar. Não é raro a escola se frustrar diante de avaliações que pouco ou em nada ajudam o professor com os desafios do dia a dia em sala de aula. O sigilo intrínseco ao trabalho do psicólogo é outro impasse dentro do ambiente escolar, quando não atento ao caráter institucional de sua atuação. É comum que exista uma expectativa por parte da escola de que o psicólogo traga informações valiosas a respeito do aluno, o que nem sempre corresponde à realidade. O caráter sigiloso das informações obtidas durante uma avaliação, assegurado ao avaliado pelo código de ética do psicólogo, é um terreno delicado, sobre o qual o profissional deve ter muita atenção para percorrer. Daí a importância de delimitar o trabalho do psicólogo escolar, com processos que o diferenciem do caráter estritamente clínico.

A escola é caracterizada por vivências coletivas, numerosa presença de profissionais com formações variadas, existe a necessidade da troca de experiências entre todos os atores escolares e apresenta um ritmo bastante dinâmico, repleto de imprevistos que torna inapropriado o trabalho de caráter clínico do psicólogo dentro da escola. Temos hoje um extenso arcabouço teórico (BARREIRA E MORELLI, 2007; FARKAS, 2012; GONÇALVES E GUALTIERI, 2019; HOLOVKO E RADVANY, 2012; LEITE, 2014) capaz de apontar para essa psicologia muito mais como instrumento de exclusão do que como agente transformador ou ciência que de fato auxilie a comunidade escolar como um todo, que possa fazer da escola um espaço anti-hegemônico, protótipo de uma sociedade menos desigual e injusta. Alimenta o racismo a psicologia que estreita as relações no lugar de ampliá-las, exclui e estigmatiza, além de particularizar questões que são coletivas.

É evidente que o trabalho do psicólogo dentro da instituição é possível e necessário, além de perfeitamente ajustável aos rigores éticos e científicos exigidos para uma atuação institucional. Mas, para tanto, requer que sejam constantemente assegurados os princípios fundamentais da profissão do psicólogo, tais como respeito e promoção da liberdade, dignidade e integridade; promoção de saúde e qualidade de vida das pessoas e das coletividades, contribuição para a eliminação de quaisquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão; atuação com responsabilidade social, análise crítica e histórica das realidades política, econômica, social e cultural (Conselho Federal de Psicologia, 2005).

Entende-se que o medo é um sentimento frequentemente presente no âmbito educacional, na medida

em que se encontram cada vez mais escassos os espaços de escuta e acolhida, as oportunidades para a expressão do sentir e pensar as emoções. O ritmo de vida acelerado, as múltiplas exigências que recaem sobre o professor, além da crescente desvalorização do seu trabalho e de seu papel social, são fatores que acirram o sentimento de medo (GENTINI, 2011). O medo pode ser tácito e inconsciente ou se mostrar consciente e com bastante nitidez. De uma forma ou outra, encaminhar o aluno ao psicólogo pode se constituir em um importante pedido de ajuda e numa representação de cuidado, os quais envolvem uma complexa trama de sentimentos silenciados, tais como medos e impotência. Por outro lado, encaminhar alunos para tratamentos psicológicos pode esconder uma perigosa armadilha, que alimenta a individualização e a naturalização de questões escolares mais profundas, dentre elas o racismo. Demandas direcionadas exclusivamente para o contexto psicoterapêutico tendem a sofrer um apagamento no contexto escolar e, por conseguinte, a desresponsabilização por sua produção e pela necessidade de combate. Assim sendo, a ideologia patologizante que atravessa o encaminhamento do aluno ao psicólogo, de certa forma, se ajusta às justificativas para práticas racistas e excludentes do ensino, sendo ele formal ou informal.

De acordo com Patto (1990), não são as carências econômicas e culturais, nem as questões de ordem orgânica que estão na raiz do fracasso escolar, mas sim o modo como a escola funciona, intolerante ao diferente. Dentre os inúmeros formatos de discriminação das diferenças talvez o mais nocivo seja o racismo. Jango (2017) denuncia que a escola, instituição que forma cidadãos e os educa para a sociedade, exerce protagonismo quando o tema é alimentar o ciclo vicioso que limita a plena cidadania do negro, uma vez que muitas vezes ela atua como impulsionadora da lógica racista e impõe obstáculos à transmissão de valores, conhecimentos e cultura, que poderiam contribuir não apenas para a busca de sustento e subsistência, mas também para a conquista de cidadania plena pela população negra.

Em sua pesquisa a autora relembra que no Brasil o sistema educacional considerou durante muito tempo que alunos negros não eram educáveis. Não foi sem a chancela da ciência que isso foi sedimentado, como atestam os escritos do médico Arthur Ramos na década de 30. O pensamento racista e higienista ganhou força e adentrou os séculos. Infelizmente tais pensamentos ainda permanecem em algumas salas de aula e permeiam o imaginário de determinados professores, que mantêm alunos negros à margem do conhecimento de suas particularidades culturais, retirados do direito de se reconhecerem a partir de suas diferenças. Nesse aspecto, a escola como parte intrínseca da sociedade, “reproduz (...) o que é legitimado fora dela” (JANGO, 2017, p. 49).

Conforme aponta Miskolci (2016), aparentemente o Brasil substituiu a ideologia do branqueamento do final do século XIX pelo mito da democracia racial da década de 30. Esses fenômenos embasam a ideia de que não existe racismo no Brasil, de que somos uma sociedade amistosa, o que enfraquece a implementação e consolidação de políticas de ação afirmativas. Nesse sentido, a escola, sob o pretexto de socializar harmoniosamente os alunos negros, promove o apagamento das diferenças e normaliza discriminações, já que abriga em suas bases pressupostos educacionais nascidos em berço europeu, estabelecidos no Brasil com intuito de reproduzir uma suposta civilidade que ignora nossas raízes, de origem indígena e africana (MISKOLCI, 2016). A prática da psicologia pode provocar rupturas em tais processos ou, ao contrário, torná-los ainda mais sólidos, de acordo com o posicionamento ético que se assume ou não.

Em relações hierárquicas estabelecidas verticalmente, como vemos de maneira predominante nas instituições escolares, especialmente nas mais tradicionais, são dificultadas as possibilidades de trocas de experiências, os valores são transmitidos a partir da compreensão sobre as formas do viver que não consideram as necessidades dos que são desfavorecidos e também não possibilitam nenhum rompimento com a condição desprivilegiada e oprimida a qual estão submetidas. Desnaturalizar a pobreza, o racismo e todas as condições desfavoráveis dos alunos que normalmente são encaminhados ao psicólogo com o objetivo de conformá-los a um sistema mantenedor do *status quo*, é uma leitura que precisa ser feita por todos: gestores escolares, familiares e, sobretudo, pelo próprio profissional da psicologia.

É preciso entender que as queixas escolares trazem em sua centralidade o processo de escolarização como um todo. Enxergar os determinantes do sofrimento psíquico e do fracasso escolar como meras fatalidades é combustível para que os motores da exclusão e dos privilégios das classes dominantes continuem a girar. Ao mesmo tempo, pode ser um caminho perigoso se, ao olhar para a falta, para a pobreza, para o déficit ou para tudo aquilo que precisa ser melhorado, a escola se esqueça de enxergar a potência, a beleza e todas as possibilidades que não são minadas em função das faltas. Ou seja, pensar na pobreza, no racismo, nos excluídos de direitos e deveres enquanto cidadão é algo paradoxal, pois não se trata de classificar de forma limitada os sujeitos enquanto seres faltantes, mas de compreender as raízes e as razões que constroem e que mantêm essas diferenças (SARTI, 2007 *apud* INÁCIO e MANDELBAUM, 2011).

Alguns relatos

Somados 19 anos de experiência como pesquisadora

da área educacional, atuação nas áreas clínica e escolar, não é difícil lembrar das diversas categorias de queixa escolar recebidas por meio de encaminhamentos que ocultavam situações direta ou indiretamente relacionadas ao racismo. Agressividade, indisciplina, dificuldades de concentração e atenção, depressão, ansiedade, insônia, distúrbios alimentares, são as justificativas mais comuns. Na área da psicologia, os debates em torno do racismo e da necessidade de diretrizes específicas para a atuação do psicólogo é extremamente recente. Começou com o movimento negro e a presença de psicólogas negras nessa discussão, após o início dos anos 2000 (Conselho Federal de Psicologia, 2017). As pesquisas científicas sobre o tema ainda carecem de produção aumentada, e espaços diversificados para ampliação da visibilidade. Além disso, o ensino da psicologia não contempla as necessidades que se apresentam objetivamente nas diferentes esferas da sociedade atual quando o assunto é racismo.

Em suma, o profissional da psicologia ainda não é preparado pelas instituições formadoras para lidar com esse tema. É muito fácil que situações de racismo passem despercebidas ou classificadas como patologias individuais caso não se tenha o compromisso ético com a temática étnico-racial, com a busca pela formação contínua e de qualidade, além de especial sensibilidade para lidar com as dores causadas pelo racismo.

Nessa perspectiva, selecionaram-se alguns trechos de uma tese em andamento, no intuito de ilustrar parte da lacuna que habita o campo escolar e que muitas vezes culmina com o apelo pelo trabalho psicológico isolado da escola. Os dados da primeira entrevista a serem apresentados, foram coletados em uma escola pública estadual no interior do Estado de São Paulo, em 2019. A escola contava à época com aproximadamente 410 alunos, divididos entre os ensinos fundamental e médio. No trecho selecionado foi questionado à Diretora sobre a existência de *bullying* ou racismo na instituição. Ela afirmou categoricamente que não tinha problemas com essas temáticas naquela escola. Logo depois, disse que os alunos xingavam uns aos outros com frequência na sala de aula, porém não considerava isso um *bullying* e sim reflexo dos exemplos agressivos que tinham em casa, reproduzidos no ambiente escolar. Falou que constantemente via as mães em bares e com latas de cerveja nas mãos durante a semana, sempre falando muito alto e de forma inadequada, de acordo com a sua percepção.

A responsabilidade para os fatos que ocorriam em sala de aula, na visão da escola, era da família, mais especificamente, das mães dos alunos. Para auxiliar nesse tipo de situação, a Diretora relatou que contava com rodas de conversa realizadas por profissionais da Unidade Básica de Saúde do bairro, que ocorriam semestralmente. Tanto as causas dos problemas quanto as medidas

de solução estavam, portanto, fora dos muros da escola nesses exemplos dados.

Em relação ao Dia da Consciência Negra, a Diretora citou o mesmo trabalho realizado pelo posto de saúde. No entanto, o conteúdo abordado estava muito mesclado com a violência doméstica, revelando que não abrangiam o tema do racismo especificamente e não era desenvolvida nenhuma ação na escola que de fato contemplasse a lei 10.639/2003, a qual estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nos currículos dos ensinos fundamental e médio, além de instituir o dia 20 de novembro como o dia da consciência negra no calendário escolar. Mesmo essa ação em parceria com a Saúde eram conversas pontuais, sem transversalidade com o currículo, nem continuidade diante das problemáticas surgidas a partir da roda de conversa.

Percebe-se uma negação da Diretora quanto à problemática do racismo ao citar o trabalho realizado com o posto de saúde como resposta à pergunta a respeito dos projetos que atendessem à lei 10.639/2003, uma vez que esse era nitidamente um trabalho de outra natureza. Ainda que existam iniciativas por parte dos professores que não lhe fossem de pleno conhecimento, nota-se fragilidade em relação ao que é previsto desde 2003 em lei. A resposta dada pela Diretora encontra-se desalinhada ao que é preconizado e denota sua dificuldade para verbalizar com clareza a inexistência ou não de trabalhos nesse sentido. Em Freud (1969/1925) encontra-se o termo *Verleugnen* que em português assemelha-se à palavra negação e, psicanaliticamente, pode ser usada para explicar sobre a recusa da percepção de um fato do mundo externo que ameaça provocar desprazer (LAPLANCHE E PONTALIS, 2001).

Entende-se que não conseguir nomear um fato que está posto, seja a atuação de um mecanismo de defesa e uma omissão. E uma das consequências da omissão dentro do espaço escolar é o aumento da estigmatização e de situações de indisciplina (VILLELA E ARCHANGELO, 2015). Assim, por consequência, é possível que as situações de racismo também sejam beneficiadas por tais omissões. Não se pode afirmar se a profissional considera as questões raciais menos relevantes ou até mesmo se estas podem lhe afetar de modo mais pessoal, visto tratar-se de uma pessoa não branca, que não sabemos exatamente como se auto declara, mas é importante afirmar que a escola, enquanto aparelho de resistência na luta pela superação das desigualdades, desenvolvimento do pensamento crítico e tomada de consciência das diferenças, exerce papel fundamental quanto ao desenvolvimento de expressões culturais que valorizem e contemplem todas as etnias. Ignorar o cumprimento da lei 10.639/2003 é reduzir essa capacidade de expressão cultural e agir na contramão de

uma pedagogia da resistência e da pergunta, tal qual idealizou o patrono da educação brasileira, Paulo Freire. Ribeiro Junior (1982) dizia que para se combater as ideologias dominantes deve-se partir dos elementos pautados na realidade objetiva e transcender o mundo das ideias. Construir um projeto político pedagógico que contemple a valorização das culturas populares, levando em consideração as diferenças de classe e de raça, são pontos cruciais para transformação dessa realidade objetiva. Saviani (2007) afirma que

Promover o homem significa torná-lo cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação para intervir nela, transformando-a no sentido de uma ampliação da liberdade, da comunicação e da colaboração entre os homens (SAVIANI, 2007, 46).

Jango (2017) mostra números bastante preocupantes referentes ao sofrimento psíquico decorrente do racismo que acomete as crianças nos ambientes educacionais. Mais de 50% das crianças pesquisadas manifestaram desejo de branqueamento e não atribuem ao negro características como inteligência e beleza. Ainda assim, existem escolas resistentes ao assunto, que necessitam de convencimento quando se trata de realizar trabalhos sobre racismo nas instituições, consequência do mito da democracia racial vivida no Brasil, algo que desmobiliza a luta contra o preconceito e o próprio cumprimento da lei 10.639/2003.

A despeito de todas as carências e desafios que ainda se enfrentam no combate ao racismo, temos algumas práticas positivas sendo desenvolvidas que são importantes de serem mostradas e que aconteceram de forma mais sistematizada após a implementação da lei. A segunda entrevista mostra um pouco dessa realidade e foi realizada em outro município do interior do Estado de São Paulo, em uma escola pública de ensino fundamental, na qual encontrou-se uma situação diferente. Eram aproximadamente 925 alunos. Tanto a Diretora quanto a Coordenadora Pedagógica eram negras, doutoras e demonstraram esmero nos trabalhos relacionados à lei 10.639/2003. A coordenadora enfatizou que nenhum conflito do cotidiano escolar era ignorado e elas procuravam conversar imediatamente com os alunos a respeito.

Fingir não perceber é algo que pode ser corriqueiro nas escolas, pelas diversas demandas com as quais os professores são obrigados a lidar, mas aquela instituição denotava um movimento contrário: tudo era conversado no exato momento em que acontecia, uma comunicação bastante facilitada também pelo contato muito próximo da gestão com a comunidade. As gestoras trabalhavam na referida unidade há cerca de uma década. Naquele ano, 2019, o Projeto Político Pedagógico trazia justamente como tema central a cultura brasileira e

suas raízes africanas. A escola, nesse projeto, trabalhou valores como convivência, respeito, multiculturalismo e diversidade, de forma transversal. Os professores solicitaram a retirada do tema da negritude e preconceito alegando que ele já havia sido trabalhado em anos anteriores, mas as gestoras insistiram. “Não é um assunto que se esgote, por mais que eles achem que não tenha preconceito na escola. A luta pelo combate ao racismo sempre precisa existir, pois são direitos frágeis, pequenas conquistas que podemos perder a qualquer momento”, disse Tina, nome fictício dado à Coordenadora.

Outro ponto de destaque dessa unidade escolar era a parceria com uma faculdade particular de psicologia. A escola recebia alunos de psicologia que ofertavam plantões na clínica escola e também desenvolviam projetos junto aos professores e dentro da escola. Os projetos eram optativos, o professor tinha a liberdade de estar ou não com um estagiário de psicologia em sua sala de aula, prezando-se pelos princípios de uma gestão democrática. Em 2019 o projeto apresentado pelos estagiários foi de realização de assembleias e rodas de conversa com os alunos, sobre demandas que eles próprios definiam como prioritárias.

Considerações finais

Faz-se urgente e importante que o profissional da psicologia se comprometa no combate diário ao racismo no exercer de sua prática, seja na área clínica, escolar ou nas multifacetadas possibilidades de atuação contempladas pelo saber *psí*. É relevante que seja dada

ao racismo a sua devida dimensão: “uma ideologia que opera poderosamente na sociedade como motor de desigualdades que engendram as precárias condições de existência do povo negro” (Conselho Federal de Psicologia, 2017, p. 6).

O psicólogo que trabalha com a queixa escolar deve estar atento à movimentação da rede de relações que perpassam o processo de escolarização como um todo e manter-se alerta ao sofrimento psíquico que porventura tenha suas raízes em vivências violentas de racismo e preconceitos. Não se pode limitar o trabalho psicológico exclusivamente às raias da psicopatologia correndo-se o risco de aumentar a individualização extremada da nossa sociedade, além de colaborar com o aumento vertiginoso da medicalização de processos naturais da vida.

Em termos práticos sugerem-se algumas ações que excedem o campo teórico e que podem ser o início de uma prática compromissada com o combate e a denúncia do racismo pela psicologia, a saber: criação de espaços para debates e escuta afetuosa e empática com as questões da negritude; munir-se de conhecimentos sobre o tema; utilizar instrumentos que remetam ao pertencimento do negro; auxiliar a escola ou o paciente na descoberta de locais culturais e históricos que valorizem o negro e sua história; valorizar características fenotípicas na escola e no decorrer das atividades; estimular a pesquisa e produção acadêmica sobre o tema e suas problemáticas (ROJAS, 2012). É preciso que toda a comunidade escolar faça parte, em alguma medida, do trabalho do psicólogo, se esse quiser de fato engrossar o caldo antirracista premente nos tempos atuais. ■

Notas

¹ O Partido dos Panteras Negras existiu de 1967 a 1982, e se caracterizou como um movimento social de autodeterminação negra, de orgulho cultural, com agenda política própria. Inicialmente, tinham por objetivo monitorar a polícia, denunciar a violência dos órgãos de segurança, intimidar denunciados de racismo e criar programas sociais de fortalecimento da população negra. A perseguição ao Partido se intensificou cada vez mais com o passar do tempo e a principal liderança, Huey P. Newton, foi presa um ano depois de fundar o Partido, acusado de matar um policial. A campanha pela sua libertação consolidou o Partido dos Panteras Negras como referência política nacional e internacional. (BARRETO, 2018; CHAVES, 2015).

Referências

- ARIÈS, PHILLIP. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC Ed., 2015.
- BARREIRA, I. H. M.; MORELLI, M. A. O. Fracasso escolar. In: PARK, M. B.; FERNANDES, R. S.; CARNICEL, A. **Palavras-chave em educação não-formal**. Holambra, SP: Ed. Setembro, 2007
- BARRETO, R. **Partido dos Panteras Negras, história, gênero e poder**. Fronteiras & Debates, Macapá, v.5, n.1, p. 189-191, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/fronteiras/article/view/4524>. Acesso em: 11 de novembro de 2021.
- BITUN, R. Exclusão social, a face oculta da violência escolar. In: PEREIRA, B. R.; NASCIMENTO, M. L. B. P. (Orgs.) **Inclusão e exclusão. Múltiplos contornos da educação brasileira**. São Paulo: Expressão & Arte, 2006.

- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, 9 de janeiro de 2003.
- CAMPOS, R. Em busca de um modelo teórico para o estudo da história da psicologia no contexto sociocultural. In: FREITAS, R. H. (org.) **História da psicologia: pesquisa, formação, ensino** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 133 p. ISBN: 978-85-99662-83-0. Available from SciELO Books. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/c2248/pdf/freitas-9788599662830.pdf> Acesso em: 17 de janeiro de 2021.
- CHAVES, W. S. O Partido dos Panteras Negras. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 359-364, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/TvmkYWQhmtkPMGZWBZzgp9c/?lang=pt>. Acesso em: 11 de novembro de 2021.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, **Relações raciais**: referências técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília: CFP, 2017.
- FARKAS, M. O psicanalista fora do consultório: os diferentes settings. In: PASTORE, J. A. D.; SOARES, S. S. G. S. (Org.) **O psicanalista na comunidade**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, 2012.
- FREUD, S. A Negativa (1925). In: FREUD, S. **O ego e o id e outros trabalhos**. Ed. Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Volume XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- GALLO, S. (Org.) **As diferentes faces do racismo e suas implicações na escola**. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica, 2014.
- GENTINI, M. L. **Medos no âmbito educacional**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, 2011. Campinas.
- GONÇALVES, M. R.; GUALTIERI, R. C. E. **Encaminhamentos escolares na rede de representações de educadores e profissionais da saúde**. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 23, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/HWmgtPPfvdvJP8THnJyd5b/?lang=pt>. Acesso em: 11 de novembro de 2021.
- HOLOVKO, C. S.; RADVANY, E. P. Prevenção da violência pelo resgate da função parental: escuta psicanalítica em uma ONG da periferia de São Paulo. In: PASTORE, J. A. D.; SOARES, S. S. G. S. (Org.) **O psicanalista na comunidade**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, 2012.
- INÁCIO, M. D.; MANDELBAUM, B. P. H. **Território e famílias pobres: o espaço como lugar de subjetividade e como orientador de políticas públicas**. Apresentação oral em grupo de trabalho no Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, 2011. Disponível em: http://www.ip.usp.br/site/wp-content/uploads/2016/12/Territrios_e_Familias_pobres.pdf Acesso em: 26 de dezembro de 2018.
- JANGO, C. **“Aqui tem racismo”. Um estudo das representações sociais e das identidades das crianças negras na escola**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2017.
- KOLTAI, C. **O estrangeiro, o racismo e a educação**. In: GALLO, S.; SOUZA, R. M. (Org.) *Educação do preconceito: ensaios sobre poder e resistência*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LEITE, S. A. S. **Psicologia e política**: reflexões sobre a formação docente. *Psicologia Ensino & Formação*. Brasília, v. 5, n.1, p. 83-100, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-20612014000100007. Acesso em: 11 de novembro de 2021.
- MAHONEY A. A.; ALMEIDA, L. R. (Org.) **Henry Wallon**: Psicologia e Educação. São Paulo: Ed. Loyola, 2003.
- MISKOLCI, R. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. *Cadernos da diversidade*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2016.
- PATTO, M. H. S. Q. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do psicólogo, 1990.
- RIBEIRO JUNIOR, J. C. N. **A festa do povo. Pedagogia da resistência**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
- ROJAS, D. S. R. **Para cuidar da dor do aluno negro em orientação à queixa escolar**. Artigo de apresentado em 2012 para conclusão do curso Orientação à queixa escolar do Instituto de psicologia da USP. Disponível em: https://a12ff010-0f8e-4dff-8ef5-aae53473ada1.filesusr.com/ugd/37b405_a6f54475c70743b9b3a00e9378d38ea4.pdf. Acesso em 17 de janeiro de 2021.
- SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, D. A pedagogia histórico-crítica e a educação escolar. In: BERNARDO, M. V. B. (Org.) **Pensando a educação: ensaios sobre a formação do professor e a política educacional**. São Paulo, Universidade Estadual Paulista, 1989. P. 23-33. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&q=demerval+saviani&btnG=&lr> Acesso em: 29 jun. 2014.

VILLELA, F. C. B.; ARCHANGELO, A. **A escola significativa e o aluno diante da atividade**. Livro 3. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

WALLON, H. Os meios, os grupos e a psicogênese da criança. In: **Psicologia e educação na infância**. Lisboa: Estampa, 1973.